



Secretaria de
Desenvolvimento
Social



SIMULADO FINAL

SEDES DF

Especialista em Desenvolvimento e
Assistência Social - **Direito E Legislação**

Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **SEDES-DF**, cargo de **Especialista em Desenvolvimento e Assistência Social - Direito e Legislação**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/4GoSt9gvvUEhNbVF7>

01 - (A)(B)(C)(D)(E)	13 - (A)(B)(C)(D)(E)	25 - (A)(B)(C)(D)(E)	37 - (A)(B)(C)(D)(E)	49 - (A)(B)(C)(D)(E)
02 - (A)(B)(C)(D)(E)	14 - (A)(B)(C)(D)(E)	26 - (A)(B)(C)(D)(E)	38 - (A)(B)(C)(D)(E)	50 - (A)(B)(C)(D)(E)
03 - (A)(B)(C)(D)(E)	15 - (A)(B)(C)(D)(E)	27 - (A)(B)(C)(D)(E)	39 - (A)(B)(C)(D)(E)	51 - (A)(B)(C)(D)(E)
04 - (A)(B)(C)(D)(E)	16 - (A)(B)(C)(D)(E)	28 - (A)(B)(C)(D)(E)	40 - (A)(B)(C)(D)(E)	52 - (A)(B)(C)(D)(E)
05 - (A)(B)(C)(D)(E)	17 - (A)(B)(C)(D)(E)	29 - (A)(B)(C)(D)(E)	41 - (A)(B)(C)(D)(E)	53 - (A)(B)(C)(D)(E)
06 - (A)(B)(C)(D)(E)	18 - (A)(B)(C)(D)(E)	30 - (A)(B)(C)(D)(E)	42 - (A)(B)(C)(D)(E)	54 - (A)(B)(C)(D)(E)
07 - (A)(B)(C)(D)(E)	19 - (A)(B)(C)(D)(E)	31 - (A)(B)(C)(D)(E)	43 - (A)(B)(C)(D)(E)	55 - (A)(B)(C)(D)(E)
08 - (A)(B)(C)(D)(E)	20 - (A)(B)(C)(D)(E)	32 - (A)(B)(C)(D)(E)	44 - (A)(B)(C)(D)(E)	56 - (A)(B)(C)(D)(E)
09 - (A)(B)(C)(D)(E)	21 - (A)(B)(C)(D)(E)	33 - (A)(B)(C)(D)(E)	45 - (A)(B)(C)(D)(E)	57 - (A)(B)(C)(D)(E)
10 - (A)(B)(C)(D)(E)	22 - (A)(B)(C)(D)(E)	34 - (A)(B)(C)(D)(E)	46 - (A)(B)(C)(D)(E)	58 - (A)(B)(C)(D)(E)
11 - (A)(B)(C)(D)(E)	23 - (A)(B)(C)(D)(E)	35 - (A)(B)(C)(D)(E)	47 - (A)(B)(C)(D)(E)	59 - (A)(B)(C)(D)(E)
12 - (A)(B)(C)(D)(E)	24 - (A)(B)(C)(D)(E)	36 - (A)(B)(C)(D)(E)	48 - (A)(B)(C)(D)(E)	60 - (A)(B)(C)(D)(E)

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://bit.ly/4wWDHhm>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabício Dutra***Internação involuntária e proteção de pessoas em situação de vulnerabilidade**

A internação involuntária de pessoas em situação de vulnerabilidade social ou de rua passou a ser regulamentada no Distrito Federal após a sanção de uma lei específica, ocorrida em julho. A medida busca permitir a intervenção do poder público em situações excepcionais, nas quais o estado de saúde do indivíduo represente risco à própria vida ou à coletividade. Sua aplicação, entretanto, deve respeitar critérios médicos e legais, a fim de impedir ações indiscriminadas ou meramente coercitivas.

Um homem de 31 anos foi submetido a esse tipo de internação depois de ser encontrado caminhando pelos trilhos do metrô. O caso foi registrado na 5ª Delegacia de Polícia, localizada na Asa Norte. De acordo com o boletim de ocorrência, uma equipe do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência constatou que o homem se encontrava em surto e apresentava risco iminente à coletividade. Diante dessa avaliação, decidiu-se por sua condução e internação.

Segundo a regulamentação publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, alguns sinais podem justificar a necessidade de internação involuntária, como risco à vida, comportamento violento, negligência extrema com os cuidados básicos e presença de sintomas psicóticos. A medida, contudo, somente pode ser adotada em caráter excepcional e mediante determinação médica. A legislação proíbe qualquer ação indiscriminada que resulte no recolhimento forçado de pessoas, embora admita a realização de mutirões de acolhimento e zeladoria urbana.

A subsecretária de Saúde Mental da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, Fernanda Falcomer, ressaltou que a internação deve durar apenas o tempo necessário para a estabilização do quadro clínico. No Distrito Federal, o período médio é de aproximadamente 30 dias. Depois da alta, o paciente deve continuar recebendo acompanhamento nos Centros de Atenção Psicossocial, garantindo-se a continuidade do tratamento.

A recuperação clínica, entretanto, representa apenas uma das etapas do processo. Após a internação, torna-se necessário integrar o paciente às políticas públicas de assistência social, especialmente às relacionadas à moradia. Dessa maneira, a medida não deve ser compreendida como uma solução isolada para a situação de rua, mas como uma intervenção emergencial inserida em uma rede mais ampla de cuidados. A proteção efetiva dessas pessoas depende da articulação entre saúde mental, assistência social, habitação e garantia de direitos.

1. A partir das ideias desenvolvidas no texto, é correto afirmar que a internação involuntária:

- a) constitui uma solução definitiva para a situação de rua, pois substitui as políticas de assistência social e de habitação.
- b) pode ser determinada por qualquer agente público quando houver suspeita de transtorno mental.
- c) deve ser aplicada coletivamente sempre que forem realizados mutirões de acolhimento e zeladoria urbana.
- d) representa uma intervenção excepcional, condicionada à avaliação médica e integrada a outras políticas públicas de cuidado e proteção.
- e) tem como finalidade principal retirar dos espaços públicos indivíduos que apresentem comportamento socialmente inadequado.

2. Considere o seguinte trecho:

A proteção efetiva dessas pessoas depende da articulação entre saúde mental, assistência social, habitação e garantia de direitos.

Os elementos destacados exercem as respectivas funções sintáticas:

- a) adjunto adnominal e adjunto adverbial
- b) objeto indireto e complemento nominal
- c) complemento nominal e adjunto adnominal
- d) adjunto adnominal e adjunto adnominal
- e) complemento nominal e complemento nominal

3. Considerando sua finalidade comunicativa e sua forma de organização, o texto caracteriza-se predominantemente como:

- a) uma narrativa ficcional, pois apresenta personagens envolvidos em um conflito e desenvolve um desfecho imaginário.
- b) um texto injuntivo, pois estabelece ordens diretas para que os agentes públicos realizem internações involuntárias.
- c) um texto informativo de natureza dissertativo-expositiva, pois apresenta um fato concreto e desenvolve explicações sobre seus fundamentos, limites e consequências.
- d) uma crônica argumentativa, pois analisa subjetivamente um acontecimento cotidiano por meio de linguagem humorística.
- e) um relato autobiográfico, pois os acontecimentos são apresentados pela perspectiva de uma pessoa que participou diretamente do caso.

4. Considere o trecho:

“A medida, contudo, somente pode ser adotada em caráter excepcional e mediante determinação médica.”

Assinale a alternativa que reescreve corretamente o trecho, preservando seu sentido e sua correção gramatical.

- a) Contudo, somente em caráter excepcional e por meio de determinação médica, a medida pode ser adotada.
- b) A medida, portanto, pode ser adotada normalmente, desde que posteriormente seja comunicada a um médico.
- c) Embora seja excepcional, a medida pode ser adotada sem que haja determinação médica.
- d) A medida somente pode ser adotada em caráter excepcional, contudo seja determinada por um médico.

e) A medida, entretanto, podem ser adotadas excepcionalmente mediante às determinações médicas.

5. Considere o trecho:

“A medida busca permitir a intervenção do poder público em situações excepcionais, nas quais o estado de saúde do indivíduo represente risco à própria vida ou à coletividade.”

A expressão “nas quais” poderia ser substituída, sem prejuízo da correção gramatical e do sentido original, por:

- a) aonde.
- b) de que.
- c) cujas.
- d) em que.
- e) em quais.

6. A respeito da pontuação empregada no texto, julgue as afirmativas a seguir.

I. No trecho “A medida, contudo, somente pode ser adotada em caráter excepcional”, as vírgulas isolam corretamente uma conjunção adversativa intercalada.

II. No trecho “Depois da alta, o paciente deve continuar recebendo acompanhamento”, a vírgula poderia ser retirada sem prejuízo da correção gramatical, pois separa um adjunto adverbial curto deslocado.

III. No trecho “A recuperação clínica, entretanto, representa apenas uma das etapas do processo”, as vírgulas estão inadequadas, porque separam o sujeito “A recuperação clínica” do verbo “representa”.

Está(ão) correta(s):

- a) somente I.
- b) somente II.
- c) I e II.
- d) II e III.
- e) I, II e III.

7. Considere o trecho:

“A recuperação clínica, entretanto, representa apenas uma das etapas do processo.”

Assinale a alternativa que identifica corretamente o valor semântico da conjunção destacada e apresenta uma substituição adequada, sem alteração relevante do sentido.

- a) “Entretanto” apresenta valor conclusivo e pode ser substituído por “portanto”.
- b) “Entretanto” apresenta valor adversativo e pode ser substituído por “todavia”.
- c) “Entretanto” apresenta valor explicativo e pode ser substituído por “porque”.
- d) “Entretanto” apresenta valor causal e pode ser substituído por “visto que”.
- e) “Entretanto” apresenta valor alternativo e pode ser substituído por “ou”.

8. Considere os trechos:

I. “A legislação proíbe qualquer ação indiscriminada **que** resulte no recolhimento forçado de pessoas.”

II. “A subsecretária ressaltou **que** a internação deve durar apenas o tempo necessário.”

Assinale a alternativa correta a respeito das ocorrências do vocábulo “**que**”.

- a) No trecho I, o “que” é conjunção integrante e introduz uma oração subordinada substantiva objetiva direta; no trecho II, é pronome relativo com função de objeto direto.
- b) Nos dois trechos, o “que” é pronome relativo e exerce a função sintática de sujeito das respectivas orações.
- c) No trecho I, o “que” é pronome relativo, exerce a função de sujeito e introduz uma oração subordinada adjetiva restritiva; no trecho II, é conjunção integrante e introduz uma oração subordinada substantiva objetiva direta.
- d) No trecho I, o “que” é pronome relativo com função de objeto direto; no trecho II, é conjunção causal e introduz uma oração subordinada adverbial.
- e) Nos dois trechos, o “que” é conjunção integrante e não exerce função sintática no interior das orações que introduz.

9. Considere o trecho:

“**O estado de saúde do indivíduo represente risco à própria vida ou à coletividade.**”

O emprego do acento indicativo de crase nas expressões destacadas justifica-se porque:

- a) as duas expressões são locuções adverbiais femininas que indicam circunstância de modo.
- b) o verbo “representar” exige obrigatoriamente a preposição “a” antes de qualquer complemento feminino.
- c) a crase é facultativa antes de substantivos femininos empregados com sentido determinado.
- d) o substantivo “risco” exige a preposição “a”, que se funde com os artigos femininos presentes em “a própria vida” e “a coletividade”.
- e) o adjetivo “própria” e o substantivo “coletividade” exigem a presença da preposição “a”.

10. A respeito da concordância verbal nos trechos do texto, julgue as afirmativas a seguir.

- I. No trecho “**Constituem** sinais de alerta o risco à vida, a violência, a negligência extrema e a presença de sintomas psicóticos”, o verbo está corretamente flexionado no plural, pois concorda com um sujeito composto posposto.
- II. No trecho “A recuperação clínica representa apenas uma das etapas do processo”, a forma verbal “representa” poderia ser flexionada no plural para concordar com a expressão “das etapas”.
- III. No trecho “A proteção efetiva dessas pessoas **depende** da articulação entre diferentes políticas públicas”, o verbo destacado não poderia ser flexionado no plural, porque concorda com o núcleo do sujeito: “proteção”.

Está(ão) correta(s):

- a) somente I.
- b) somente II.
- c) I e II.
- d) I e III.
- e) II e III.

**CONHECIMENTOS DO DISTRITO FEDERAL E
POLÍTICA PARA MULHERES***Leandro Signori*

11. De acordo com os dados trazidos pela mais recente edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), assinale a alternativa INCORRETA a respeito da violência e da segurança pública no Distrito Federal (DF).

- a) As mortes violentas intencionais (MVIS) voltaram a crescer pela primeira vez em mais de uma década, no entanto o DF permaneceu entre as unidades da Federação com as menores taxas de violência letal do país.
- b) O Anuário destaca que o DF registrou redução em todos os nove indicadores de violência contra as mulheres analisados.
- c) Pesquisa do IPEDF apontou que a maioria das mulheres do Distrito Federal já vivenciou alguma situação de violência, embora menos da metade reconheça ter sofrido agressão.
- d) Entre as vítimas de feminicídio no DF, houve mulheres que possuíam medida protetiva de urgência ativa, demonstrando que esse instrumento nem sempre é suficiente para impedir o desfecho fatal.
- e) O Distrito Federal apresentou a maior taxa de importunação sexual do Brasil em 2025.

12. Com base em estudos recentes sobre a população e a dinâmica migratória do Distrito Federal (DF), assinale a alternativa correta.

- a) Pesquisa inédita revela que qualidade de vida e melhor custo-benefício têm motivado moradores do DF a migrarem para municípios goianos vizinhos.
- b) Pela primeira vez desde sua criação, o DF apresenta saldo migratório negativo, ou seja, recebe mais imigrantes em relação ao número de emigrantes.
- c) A Região Metropolitana do Entorno ainda não se consolidou como alternativa viável de moradia para pessoas que deixam o Distrito Federal.
- d) O Distrito Federal apresenta redução do ritmo de envelhecimento de sua população, diminuindo a necessidade de adaptação das políticas públicas às demandas da população idosa.
- e) O DF enfrenta uma queda acentuada na taxa de fecundidade, o que tem aumentado a presença de crianças e adolescentes, sobretudo nas regiões administrativas com maior renda.

13. “Incluir programas que contemplem a temática de gênero na política educacional do DF” é uma meta de qual eixo do Plano Distrital de Políticas para Mulheres?

- a) 7 – Cultura, Esporte, Comunicação e Mídia.
- b) 5 - Participação das mulheres nos espaços de poder e decisão.
- c) 1 - Igualdade no Mundo do Trabalho e Autonomia Econômica.
- d) 8 - Enfrentamento do Racismo, Sexismo, Lesbofobia e Transfobia.
- e) 2 – Educação Para Igualdade.

LEGISLAÇÃO*Emerson Bruno*

14. Considerando as disposições da Lei Orgânica do Distrito Federal acerca da assistência social, especialmente quanto aos deveres atribuídos ao Poder Público e às diretrizes para a formulação e execução da política de assistência social, assinale a afirmativa correta:

- a) A assistência social constitui dever do Estado e será prestada exclusivamente às pessoas que comprovem contribuição prévia à seguridade social.
- b) Compete exclusivamente às entidades sociais sem fins lucrativos coordenar, elaborar e executar a política de assistência social do Distrito Federal.
- c) É dever do Poder Público proteger a família, a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice, bem como promover a integração social dos segmentos desfavorecidos.
- d) O Poder Público deve executar política de assistência social centralizada, sem articulação com entidades sociais privadas, ainda que estas sejam sem fins lucrativos.
- e) Entre as medidas de assistência social previstas na Lei Orgânica está o apoio exclusivamente financeiro a programas de caráter socioeducativo desenvolvidos por organizações comunitárias.

15. Considerando as disposições da Lei Complementar nº 840/2011 acerca da responsabilidade do servidor público civil do Distrito Federal pelo exercício irregular de suas atribuições, assinale a afirmativa correta:

- a) A responsabilidade administrativa do servidor sempre prevalece sobre as responsabilidades civil e penal, não sendo possível a cumulação de sanções de naturezas distintas.
- b) A responsabilidade administrativa do servidor é afastada sempre que houver absolvição na esfera penal, independentemente do fundamento da decisão.
- c) A responsabilidade penal do servidor compreende apenas os crimes praticados no

exercício de suas atribuições, não abrangendo as contravenções penais.

- d) A responsabilidade civil do servidor decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposos, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiro.
- e) O reconhecimento da responsabilidade administrativa do servidor exclui a competência do Tribunal de Contas do Distrito Federal para apurar eventual irregularidade.

16. De acordo com a Lei Complementar nº 840/2011, que disciplina a apuração de infrações cometidas por servidores públicos do Distrito Federal, assinale a afirmativa correta:

- a) A representação sobre infração disciplinar pode ser apresentada verbalmente, sendo dispensável a identificação e o endereço do denunciante.
- b) A denúncia anônima impede, em qualquer hipótese, a Administração Pública de realizar investigação preliminar para apurar os fatos narrados.
- c) A infração disciplinar cometida por servidor é apurada exclusivamente mediante processo disciplinar, sendo a sindicância destinada apenas à apuração de fatos sem natureza disciplinar.
- d) Quando a infração disciplinar for noticiada pela imprensa, pelas redes sociais ou por correspondência escrita, a autoridade competente deve instaurar imediatamente sindicância ou processo disciplinar.
- e) A infração disciplinar cometida por servidor é apurada mediante sindicância ou processo disciplinar, sendo possível, no caso de denúncia anônima, a realização reservada de investigações para a coleta de outros elementos de prova.

17. Considerando as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 11.340/2006 para a formulação da política pública destinada a coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, assinale a afirmativa correta:

- a) A política pública de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher é de responsabilidade exclusiva da União, cabendo aos demais entes federativos apenas executar as medidas determinadas pelo Governo Federal.
- b) A integração prevista na Lei nº 11.340/2006 restringe-se ao Poder Judiciário, ao Ministério Público e à Defensoria Pública, não abrangendo os órgãos das áreas de saúde, educação, assistência social e segurança pública.
- c) A promoção de estudos e pesquisas sobre violência doméstica e familiar deve considerar exclusivamente a perspectiva de gênero, sendo vedada a utilização de critérios relacionados à raça ou etnia.
- d) Entre as diretrizes da política pública está a implementação de atendimento policial especializado para as mulheres, especialmente nas Delegacias de Atendimento à Mulher.
- e) Os meios de comunicação social não estão abrangidos pelas diretrizes da política pública de enfrentamento à violência doméstica e familiar, por se tratar de matéria exclusiva da área de segurança pública.

conduta mais adequada diante do conjunto de situações.

- a) Verificar inicialmente se o ambiente oferece segurança, avaliar a responsividade da vítima inconsciente, acionar o socorro especializado diante de uma situação potencialmente grave e, no caso do sangramento, realizar medidas básicas para seu controle, evitando movimentações desnecessárias da pessoa com possível fratura.
- b) Aproximar-se imediatamente das três vítimas para iniciar os cuidados, pois a rapidez do atendimento é mais importante que a segurança da cena; em seguida, oferecer água à vítima que caiu, comprimir o sangramento e colocar a vítima inconsciente sentada para facilitar sua recuperação.
- c) Como a vítima inconsciente não responde, deve-se primeiro transportá-la para um local mais confortável; depois, verificar o sangramento e, por último, cuidar da possível fratura, movimentando o membro lesionado para avaliar se há limitação.
- d) A prioridade deve ser exclusivamente a vítima que apresenta sangramento, pois a perda de sangue representa situação de emergência, enquanto a pessoa inconsciente e aquela com possível fratura podem aguardar até que o sangramento esteja completamente controlado.
- e) Na presença de uma vítima inconsciente, deve-se evitar o acionamento do socorro especializado até que seja possível determinar a causa do desmaio; simultaneamente, a pessoa com suspeita de fratura deve tentar movimentar o membro para verificar a gravidade da lesão.

NOÇÕES DE PRIMEIROS SOCORROS

Jonathan Roitman

18. Durante uma atividade em local público, uma pessoa cai repentinamente e permanece sem responder aos chamados. Próximo a ela, outra pessoa apresenta sangramento intenso em um membro após um acidente, enquanto uma terceira sofreu uma queda e refere dor importante, com dificuldade para movimentar um braço. Considerando os princípios básicos de primeiros socorros, assinale a alternativa que apresenta a

19. Em uma confraternização, uma pessoa apresenta dificuldade súbita para respirar após ingerir alimento e passa a demonstrar sinais de engasgo. No mesmo ambiente, outra pessoa sofre uma queimadura durante o preparo de alimentos, uma terceira apresenta um episódio de convulsão e uma quarta, após ingerir determinada substância, passa a apresentar sinais compatíveis com intoxicação. Considerando as noções básicas de primeiros socorros, assinale a alternativa correta.

- a) No engasgo, deve-se oferecer água para ajudar a deslocar o alimento; durante a convulsão, deve-se conter os movimentos da vítima; na queimadura, deve-se aplicar substância caseira para aliviar a lesão; e, em caso de intoxicação, deve-se provocar vômito para eliminar o agente.
- b) Como todas as situações descritas podem comprometer a vítima, a melhor conduta é transportar imediatamente todas as pessoas para um serviço de saúde, independentemente da gravidade, deixando o acionamento do socorro especializado para depois.
- c) Na ocorrência de engasgo, a vítima deve ser deitada imediatamente; durante a convulsão, deve-se colocar algum objeto em sua boca para evitar que morda a língua; na queimadura, deve-se romper as bolhas; e, na intoxicação, deve-se oferecer alimento para reduzir os efeitos da substância.
- d) A convulsão deve ser interrompida por meio da contenção física da vítima, enquanto o engasgo pode ser tratado aguardando-se a recuperação espontânea; queimaduras devem ter suas bolhas removidas e intoxicações devem ser tratadas com substâncias capazes de neutralizar o agente ingerido.
- e) Diante do engasgo, deve-se reconhecer se a obstrução compromete a respiração e adotar a manobra de Heimlich; durante a convulsão, deve-se protegê-la contra traumas sem tentar conter seus movimentos; em queimaduras, deve-se lavar o ferimento e não furar as bolhas; e, diante de suspeita de intoxicação, deve-se buscar orientação especializada, evitando medidas improvisadas.

20. Após um acidente doméstico, uma pessoa apresenta ferimento com sangramento significativo e outra sofre uma queda, seguida de dor e dificuldade para movimentar um membro. Minutos depois, uma terceira pessoa, que presenciou o acidente, fica pálida, perde momentaneamente a consciência e retorna espontaneamente. Considerando ainda a

possibilidade de ocorrência de queimadura, engasgo, convulsão ou intoxicação em situações semelhantes, assinale a alternativa que apresenta a interpretação mais adequada dos princípios de primeiros socorros.

- a) Como o desmaio foi breve e a vítima recuperou a consciência, não há necessidade de avaliação ou atenção posterior; da mesma forma, uma fratura suspeita deve ser verificada apenas em ambiente hospitalar, enquanto o sangramento só é prioridade se for hemorragia interna.
- b) Em situações de primeiros socorros, deve-se tratar primeiro a lesão que apresenta aspecto mais visível. Assim, queimaduras e sangramentos sempre devem receber prioridade sobre engasgos, convulsões, intoxicações, desmaios e suspeitas de fratura.
- c) O retorno da consciência após um desmaio indica que a situação deixou de exigir cuidados; já em uma convulsão, a principal preocupação deve ser impedir qualquer movimento da vítima. Em caso de intoxicação, a melhor conduta inicial é tentar eliminar imediatamente a substância do organismo.
- d) O controle inicial do sangramento é prioridade e deve ser realizado com compressões moderadas no ferimento; diante de possível fratura, deve-se evitar movimentação desnecessária e imobilizar o membro afetado; no desmaio, deve-se proteger a vítima e avaliar sua condição; e, conforme a gravidade da situação, deve-se acionar o socorro especializado.
- e) O socorrista deve evitar acionar ajuda especializada enquanto conseguir realizar algum cuidado básico, pois o acionamento precoce pode ser desnecessário. Em casos de sangramento, fratura, queimadura ou engasgo, deve-se aguardar a evolução dos sinais antes de decidir pela busca de atendimento.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**FUNDAMENTOS, ORGANIZAÇÃO, GESTÃO E MARCOS NORMATIVOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL***Anna Valéria Andrade*

21. De acordo com a NOB-SUAS/2012, constituem funções da Política de Assistência Social:

- a) Proteção social, previdência social e defesa de direitos.
- b) Proteção social, vigilância socioassistencial e defesa de direitos.
- c) Vigilância social, saúde pública e defesa de direitos.
- d) Proteção social básica, proteção social especial e vigilância epidemiológica.
- e) Benefícios sociais, serviços públicos e transferência de renda.

22. Considerando os princípios organizativos do SUAS, assinale a alternativa que apresenta exclusivamente princípios previstos na NOB-SUAS/2012.

- a) Universalidade, gratuidade, integralidade da proteção social, intersetorialidade e equidade.
- b) Universalidade, contributividade, integralidade, centralização e equidade.
- c) Gratuidade, seletividade, contributividade, territorialização e equidade.
- d) Universalidade, meritocracia, gratuidade, integralidade e descentralização.
- e) Equidade, focalização, contributividade, intersetorialidade e gratuidade.

23. A respeito das diretrizes estruturantes da gestão do SUAS, assinale a afirmativa correta.

- a) A responsabilidade pela Assistência Social pode ser integralmente transferida pelo Estado às entidades da sociedade civil.
- b) A gestão do SUAS deve ser centralizada na União, que concentra o comando das ações de Assistência Social.
- c) A matricialidade sociofamiliar estabelece a família como referência central para a formulação das ações e serviços socioassistenciais.
- d) O financiamento da Assistência Social é atribuição exclusiva da União.
- e) A territorialização determina que os serviços socioassistenciais sejam organizados de maneira uniforme, independentemente das características dos territórios.

24. Acerca das responsabilidades comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios no âmbito do SUAS, assinale a alternativa correta.

- a) Somente a União deve organizar e coordenar o SUAS em seu âmbito.
- b) Apenas os Municípios devem instituir o planejamento contínuo e participativo da política de Assistência Social.
- c) Todos os entes federativos possuem responsabilidades comuns, entre elas organizar e coordenar o SUAS em seu âmbito, observando as deliberações e pactuações de suas respectivas instâncias.
- d) A responsabilidade pela organização da rede socioassistencial pertence exclusivamente aos Estados.
- e) A elaboração do Pacto de Aprimoramento do SUAS é responsabilidade exclusiva da União.

25. Um município pretende receber recursos referentes ao cofinanciamento federal da Assistência Social. Com base nisso, é correto afirmar que para receber esse cofinanciamento, o município deverá possuir:

- a) Conselho de Assistência Social, Plano de Assistência Social, Fundo de Assistência Social e recursos próprios alocados no Fundo.
- b) Conselho Tutelar, Plano Diretor Municipal, Fundo de Saúde e recursos provenientes exclusivamente da União.
- c) Conselho de Assistência Social, Plano Plurianual, Fundo de Saúde e recursos estaduais.
- d) Conselho de Assistência Social, Plano de Assistência Social e Fundo de Assistência Social, sendo dispensável a alocação de recursos próprios.
- e) Conselho de Assistência Social, Fundo de Assistência Social e apenas recursos federais, independentemente da existência de Plano de Assistência Social.

representativas de defesa dos direitos de crianças e de adolescentes, _____ de ordem judicial.

§ 2º A notificação prevista no caput deste artigo deverá conter, sob pena de _____, elementos que permitam a identificação técnica específica do conteúdo apontado como violador dos direitos de crianças e de adolescentes e do autor da notificação, vedada a denúncia anônima.”

Assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas acima:

- a) independentemente / nulidade
- b) dependentemente / ineficácia
- c) a contar da expedição / preclusão
- d) independentemente / decadência
- e) exclusivamente por meio / arquivamento

DIREITOS, VIOLAÇÕES DE DIREITOS E VULNERABILIDADES SOCIAIS

Géssica Ehle

26. Com base no dever imposto aos provedores de tecnologia da informação quanto à tutela e remoção de conteúdo lesivo a crianças e adolescentes, expressamente previsto pela Lei nº 15.211/2025, o Estatuto Digital da Criança e do Adolescente, preencha as lacunas do texto normativo a seguir:

“Art. 29. Para atender ao princípio da proteção integral, é dever dos fornecedores de produtos ou serviços de tecnologia da informação direcionados a crianças e a adolescentes ou de acesso provável por eles proceder à retirada de conteúdo que viola direitos de crianças e de adolescentes assim que forem comunicados do caráter ofensivo da publicação pela vítima, por seus representantes, pelo Ministério Público ou por entidades

27. Em consonância com as normas que asseguram o direito à educação e os conceitos fundamentais previstos na Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), analise as assertivas a seguir:

- I. Considera-se profissional de apoio escolar a pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas.
- II. Às instituições privadas de qualquer nível e modalidade de ensino aplica-se a obrigação de garantir a inclusão e a acessibilidade, sendo expressamente vedada a cobrança de valores adicionais de qualquer natureza em suas mensalidades, anuidades e matrículas no cumprimento dessas determinações.
- III. Os tradutores e intérpretes da Libras, quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, devem possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras, dispensando-se a realização de prova de proficiência.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas I.
- b) Apenas I e II.
- c) Apenas II e III.
- d) I, II e III.
- e) Apenas III.

28. Acerca da proteção à diversidade sexual e de gênero, das relações étnico-raciais e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre homotransfobia, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) De acordo com o que determinou o STF, os atos de homotransfobia enquadram-se na Lei nº 7.716/1989 até que o Congresso Nacional edite legislação específica sobre a matéria.
- b) A prática de racismo e as condutas homotransfóbicas sujeitam-se aos preceitos constitucionais da inafiançabilidade e da imprescritibilidade.
- c) O STF equiparou a injúria racial ao crime de racismo, aplicando-se a ela os efeitos da imprescritibilidade previstos na Constituição.
- d) A liberdade religiosa autoriza a veiculação de discursos discriminatórios e pregações que incitem a violência contra pessoas LGBTQIAPN+.
- e) O conceito de racismo adotado pela jurisprudência constitucional não se restringe à dimensão estritamente biológica, alcançando sua vertente social e cultural.

**PROGRAMAS, BENEFÍCIOS E
INSTRUMENTOS SOCIOASSISTENCIAIS DO
DF***Jonathan Roitman*

29. Com base no Decreto nº 35.191, de 21 de fevereiro de 2014, que regulamenta a Lei nº 5.165, de 04 de setembro de 2013, considere as disposições relativas ao auxílio em razão do desabrigo temporário e assinale a alternativa correta.

- a) O auxílio em razão do desabrigo temporário constitui prestação permanente da Política de Assistência Social, destinada prioritariamente à aquisição de imóvel residencial para famílias em situação de vulnerabilidade habitacional.
- b) O benefício é concedido exclusivamente às pessoas ou famílias que tenham perdido sua moradia em decorrência de catástrofe ou calamidade pública, não abrangendo outras situações de vulnerabilidade temporária.
- c) O auxílio em razão do desabrigo temporário é uma prestação da Política de Habitação do Distrito Federal, destinada ao custeio de despesas relacionadas à moradia, inclusive aquisição de materiais para construção ou reforma do imóvel.
- d) O auxílio em razão do desabrigo temporário pode ser concedido a pessoas ou famílias privadas de moradia em razão de situações de risco geológico, mas não contempla situações de rua, por não constituírem, segundo o Decreto, hipótese de desabrigo temporário.
- e) O auxílio em razão do desabrigo temporário é uma prestação excepcional da assistência social, subsidiária à Política de Habitação do Distrito Federal, decorrente de situações de vulnerabilidade temporária ocasionadas pela falta ou inadequação da moradia e destinada exclusivamente ao pagamento de aluguel de imóvel residencial.

30. Considerando o disposto no Plano DF Social, acerca do Programa Agentes da Cidadania, assinale a alternativa correta quanto à destinação do programa.

- a) O Programa Agentes da Cidadania é destinado a indivíduos e famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, independentemente de gênero, com a finalidade de fortalecer o trabalho social desenvolvido nos territórios do Distrito Federal.
- b) O Programa Agentes da Cidadania é destinado exclusivamente a mulheres em situação de extrema pobreza residentes no Distrito Federal, tendo como finalidade principal promover sua inserção no mercado formal de trabalho.
- c) O Programa Agentes da Cidadania é destinado a mulheres em situação de vulnerabilidade social, independentemente de sua condição de pobreza ou extrema pobreza, residentes ou não no Distrito Federal.
- d) O Programa Agentes da Cidadania é destinado a mulheres em situação de pobreza e extrema pobreza, residentes no Distrito Federal, com a finalidade de fortalecer o trabalho social com indivíduos e famílias no território.
- e) O Programa Agentes da Cidadania é destinado prioritariamente a famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, sendo as mulheres atendidas apenas quando responsáveis pelo núcleo familiar.

31. Trata-se de um dos critérios para concessão do Programa Cartão Gás:

- a) possuir renda familiar total de até meio salário-mínimo
- b) não ter declarado comprometimento de renda com aquisição de gás liquefeito de petróleo (GLP), no respectivo registro do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
- c) encontrar-se em situação de rua ou acolhimento institucional coletivo
- d) residir no Distrito Federal
- e) responsável familiar possuir idade igual ou superior a dezoito anos

DIREITO CIVIL

Cadu Carrilho

32. Determinada lei federal, sem cláusula de vigência, foi publicada oficialmente em 10 de janeiro. Em 20 de janeiro, ainda no período de vacância, seu texto foi republicado para correção de erros materiais. Meses depois de já estar em vigor, nova correção de parte de seu texto foi publicada. À luz da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), assinale a alternativa correta.

- a) O prazo de quarenta e cinco dias conta-se da publicação original de 10 de janeiro, pois a republicação destinada a correção, ocorrida durante a vacância, não reabre o prazo de vacatio legis.
- b) Nos Estados estrangeiros, quando admitida, a obrigatoriedade da lei brasileira inicia-se quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.
- c) A correção publicada depois de a lei já estar em vigor considera-se lei nova, sujeitando-se, ela própria, a prazo de vacância, se não contiver cláusula de vigência imediata.
- d) Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue, operando-se a revogação tácita apenas quando a lei nova regule inteiramente a matéria da anterior.

e) Perdendo a lei revogadora a vigência, restaura-se a lei anterior por ela revogada, salvo disposição em contrário.

33. Acerca da capacidade civil e da emancipação, nos termos do Código Civil, assinale a alternativa correta.

- a) A emancipação por sentença judicial, ouvido o tutor, pode ser concedida ao menor sob tutela que tenha, no mínimo, quatorze anos completos.
- b) A emancipação voluntária exige a concessão conjunta de ambos os pais, formalizada por instrumento público, ainda que um deles esteja ausente.
- c) O exercício de emprego público efetivo emancipa o menor, desde que ele tenha dezesseis anos completos e economia própria em função do cargo.
- d) A capacidade dos indígenas é regulada pelo Código Civil, que os classifica como relativamente incapazes enquanto não integrados à comunhão nacional.
- e) Cessará, para os menores, a incapacidade pela colação de grau em curso de ensino superior, hipótese para a qual a lei não exige idade mínima nem economia própria.

34. Considerando o regime dos bens públicos estabelecido pelo Código Civil, assinale a alternativa correta.

- a) Os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público são bens públicos de uso especial, em razão da afetação à prestação do serviço.
- b) São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno e, não dispondo a lei em contrário, consideram-se dominicais os pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.
- c) O particular que ocupa bem dominical por longo prazo, mediante retribuição ajustada com a entidade administradora, pode adquiri-lo por usucapião, pois a onerosidade do uso descaracteriza a dominialidade pública.
- d) A inalienabilidade dos bens de uso comum do povo é absoluta e não pode ser afastada nem mesmo pela perda da qualificação, na forma que a lei determinar.
- e) Os bens de uso especial podem ser alienados, observadas as exigências da lei, independentemente da perda de sua qualificação, pois a inalienabilidade alcança somente os bens de uso comum do povo.

35. No tocante à prescrição e à decadência, nos termos do Código Civil, assinale a alternativa correta.

- a) Contra os absolutamente incapazes não correm a prescrição nem a decadência estabelecida por lei, pois a regra que impede a fluência do prazo prescricional contra os menores de dezoito anos é expressamente aplicável à decadência.
- b) A interrupção da prescrição operada contra o devedor principal não prejudica o fiador, em razão do caráter acessório e personalíssimo da garantia fidejussória.
- c) A interrupção promovida por um dos credores solidários não aproveita aos demais, assim como a

interrupção operada contra um dos herdeiros do devedor solidário não prejudica os outros herdeiros, ainda que indivisível a obrigação.

- d) Suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, a suspensão aproveita aos demais, ainda que divisível a obrigação.
- e) A prescrição interrompida recomeça a correr pela metade do prazo originário, contada da data do ato que a interrompeu.

36. Pedro, de quinze anos, causou, sozinho, dano de elevado valor a terceiro. Vive sob a autoridade e em companhia do pai, Paulo, que dispõe de patrimônio suficiente. À luz do regime da responsabilidade civil do Código Civil, assinale a alternativa correta.

- a) A vítima pode exigir a reparação diretamente de Pedro, em conjunto com Paulo, pois pai e filho respondem solidariamente pela integralidade do dano.
- b) Paulo responde objetivamente pelo ato de Pedro e, tendo ressarcido a vítima, poderá reaver do filho o valor pago quando este atingir a maioridade civil.
- c) Se Pedro houvesse destruído coisa alheia para remover perigo iminente provocado por terceiro, o dono da coisa, não culpado do perigo, ficaria sem direito a indenização, por se tratar de ato lícito.
- d) A responsabilidade de Paulo independe de culpa própria, e a de Pedro é subsidiária e equitativa, cabível somente se Paulo não tivesse a obrigação de responder ou não dispusesse de meios suficientes.
- e) Comprovando que exercia vigilância diligente sobre o filho no momento do fato, Paulo elide a própria responsabilidade, fundada em presunção relativa de culpa in vigilando.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL*Ricardo Torques*

37. A respeito das regras de saneamento, expressas no Código de Processo Civil, assinale a opção correta.

- a) Realizado o saneamento, as partes têm o direito de pedir esclarecimentos ou solicitar ajustes, no prazo legal, findo o qual a decisão transitará em julgado.
- b) Se a causa apresentar complexidade em matéria de fato ou de direito, deverá o juiz designar audiência para que o saneamento seja feito em cooperação com as partes.
- c) É vedado ao juiz a limitação do número de testemunhas na decisão saneadora.
- d) As partes podem apresentar delimitação consensual das questões de fato e de direito, que vinculará o juiz, independentemente de homologação.
- e) A definição da distribuição do ônus da prova deve acontecer na sentença, e não na decisão saneadora.

38. Acerca das normas fundamentais previstas no Código de Processo Civil de 2015, assinale a opção correta.

- a) O Estado sempre promoverá a solução consensual dos conflitos.
- b) As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, ressalvada a atividade satisfativa.
- c) Os juízes e os tribunais atenderão, obrigatoriamente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão.
- d) O processo começa por impulso oficial e se desenvolve por iniciativa das partes.
- e) Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva.

39. À luz do Código de Processo Civil, assinale a opção correta.

- a) Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz extinguirá imediatamente o processo.
- b) A sociedade ou associação sem personalidade jurídica poderá opor a irregularidade de sua constituição quando demandada.
- c) O gerente de filial ou agência presume-se autorizado pela pessoa jurídica estrangeira a receber citação para qualquer processo.
- d) Os Estados e o Distrito Federal poderão ajustar compromisso recíproco para prática de ato processual por seus procuradores em favor de outro ente federado, mediante convênio firmado pelos governadores.
- e) Quando o inventariante for dativo, será desnecessária a intimação dos sucessores do falecido no processo no qual o espólio seja parte.

40. De acordo com o Código de Processo Civil, será considerado litigante de má-fé aquele que

- a) deduzir pretensão ou defesa contra fato incontroverso.
- b) aquele que contar a sua verdade dos fatos.
- c) usar do processo para conseguir objetivo legal.
- d) opuser resistência justificada ao andamento do processo.
- e) interpor recurso com intuito de reforma.

41. Em consonância com o Código de Processo Civil, assinale a opção correta acerca da revelia.

- a) O revel somente poderá intervir no processo até a prolação da sentença.
- b) Os prazos contra o revel que não tenha patrono nos autos fluirão da data de publicação do ato decisório no órgão oficial.
- c) Se o réu não contestar a ação, a demanda será julgada procedente.
- d) Havendo pluralidade de réus, aquele que não contestar a ação sofrerá os efeitos materiais da revelia.
- e) Ao réu revel será vedada a produção de provas.

DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

42. O STF, ao julgar a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 976/DF, impôs uma série de obrigações para os entes federativos em relação à população em situação de rua. Qual dessas é uma providência que NÃO foi determinada:

- a) efetivação de medidas que garantam a segurança pessoal e dos bens das pessoas em situação de rua dentro dos abrigos institucionais existentes;
- b) apoio das vigilâncias sanitárias para garantir abrigo aos animais de pessoas em situação de rua;
- c) recolhimento forçado de bens e pertences, assim como a remoção e o transporte compulsório de pessoas em situação de rua;
- d) proibição de técnicas de arquitetura hostil contra as populações em situação de rua
- e) divulgar previamente o dia, o horário e o local das ações de zeladoria urbana nos seus respectivos sites, nos abrigos, e outros meios em atendimento ao princípio da transparência dos atos da administração pública

43. “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais” constitui, de acordo com a Constituição Federal:

- a) um fundamento da República
- b) um objetivo fundamental
- c) um princípio da administração pública
- d) uma conduta eleitoral vedada
- e) uma garantia fundamental

44. O STF, ao apreciar a situação de direitos individuais homogêneos relativos à liberdade de locomoção, admitiu o ajuizamento de:

- a) *habeas corpus* coletivo
- b) mandado de segurança
- c) mandado de injunção
- d) *habeas data*
- e) ação popular

45. Na federação brasileira, combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização compete:

- a) privativamente à União
- b) exclusivamente aos Municípios
- c) a todos os entes federativos
- d) à União e aos Estados, apenas
- e) privativamente ao Distrito Federal

46. Caso um partido político com representação no Congresso Nacional deseje impugnar no Supremo Tribunal Federal a constitucionalidade de lei distrital sobre horário de funcionamento do comércio, a ação constitucional cabível é:

- a) ação direta de inconstitucionalidade
 - b) arguição de descumprimento de preceito fundamental
 - c) ação direta de inconstitucionalidade por omissão
 - d) mandado de segurança
 - e) ação declaratória de constitucionalidade
-

DIREITO ADMINISTRATIVO*Herbert Almeida*

47. No que tange à distinção, às características e às delimitações dos poderes vinculado e discricionário na atuação da Administração Pública, assinale a alternativa correta:

- a) O ato vinculado decorre do exercício do poder vinculado e manifesta-se quando a competência, a finalidade, a forma, o motivo e o objeto forem todos vinculados.
- b) O controle judicial sobre atos discricionários desarrazoados limita-se ao exame do mérito administrativo, sendo vedado ao Poder Judiciário anular atos desproporcionais de outros poderes.
- c) A edição de um ato discricionário envolve a manifestação simultânea do poder vinculado nos elementos motivo e objeto, e do poder discricionário nos elementos competência, finalidade e forma.
- d) A discricionariedade administrativa constitui um poder autônomo e absoluto, garantindo ao agente público liberdade de escolha sem qualquer limitação na lei ou nos princípios de razoabilidade e proporcionalidade.
- e) O poder vinculado configura uma prerrogativa da Administração Pública que assegura ampla margem de liberdade ao agente público quando a lei utiliza conceitos jurídicos indeterminados.

48. A respeito do controle quanto ao fundamento, à amplitude e ao momento de sua realização, assinale a alternativa correta.

- a) O controle hierárquico decorre da vinculação entre a Administração Direta e as entidades da Administração Indireta.
- b) O controle finalístico é amplo, independe de previsão legal e pauta-se pela subordinação hierárquica.
- c) O controle prévio é realizado após a conclusão do ato controlado, tendo como objetivo corrigir eventuais defeitos.

d) A homologação de um procedimento licitatório e a anulação de um ato administrativo pelo Poder Judiciário constituem exemplos de controle posterior ou subsequente.

e) É vedado ao Poder Judiciário realizar controle prévio de atos administrativos, sob pena de violação da separação dos Poderes.

49. A respeito da competência e de suas formas de transferência ou atração no âmbito do processo administrativo, nos termos da Lei nº 9.784/1999, assinale a alternativa correta.

- a) As decisões adotadas por delegação consideram-se editadas pelo delegante, que responde precipuamente pelos atos praticados pelo delegado.
- b) Um órgão administrativo poderá delegar parte de sua competência a outro titular, desde que haja relação de subordinação hierárquica entre delegante e delegado.
- c) O ato de delegação especificará as matérias e poderes transferidos, sendo vedado à autoridade delegante incluir ressalva de exercício da atribuição delegada.
- d) A decisão de recursos administrativos e a edição de atos de caráter normativo não podem ser objeto de delegação.
- e) A avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior é permitida como regra geral, prescindindo de justificativa motivada.

50. Acerca dos atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da administração pública, previstos no art. 11 da Lei nº 8.429/1992, assinale a alternativa correta.

- a) A nomeação ou indicação política efetuada por detentor de mandato eletivo configura, por si só, ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.
- b) Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública frustrar, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de concurso público, de chamamento ou de procedimento licitatório, com vistas à obtenção de benefício próprio, direto ou indireto, ou de terceiros.
- c) O descumprimento de deveres funcionais tipificado no art. 11 da Lei nº 8.429/1992 prescinde da indicação expressa das normas constitucionais, legais ou infralegais violadas para seu enquadramento.
- d) A caracterização do ato de improbidade por negar publicidade aos atos oficiais aplica-se irrestritamente, inclusive quando demonstrada sua indispensabilidade para a segurança da sociedade e do Estado.
- e) A conduta de deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo configura ato de improbidade administrativa independentemente da existência de condições materiais para o cumprimento do dever ou da finalidade de ocultar irregularidades.

51. A respeito do regime jurídico, das cláusulas necessárias e das disposições gerais aplicáveis aos contratos administrativos, nos termos da Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta.

- a) Os contratos administrativos regular-se-ão exclusivamente pelas regras de direito privado, aplicando-se os preceitos de direito público apenas de forma supletiva.
- b) A expressa sujeição dos contratantes às normas da Lei nº 14.133/2021 e às cláusulas contratuais

constitui requisito que todo contrato deverá mencionar.

- c) Os contratos administrativos poderão estabelecer cláusulas implícitas de execução, dispensando a definição expressa das obrigações e responsabilidades das partes.
- d) A indicação do ato que autorizou a lavratura do contrato e do número do processo licitatório é facultativa nas contratações celebradas sob a égide da Lei nº 14.133/2021.
- e) As condições de execução dos contratos administrativos devem conformar-se unicamente com os termos da proposta vencedora, independentemente do contido no edital de licitação.

52. Acerca da abrangência, dos conceitos e dos instrumentos de formalização de parcerias previstos na Lei nº 13.019/2014, assinale a alternativa correta.

- a) A Lei nº 13.019/2014 aplica-se integralmente aos contratos de gestão celebrados com organizações sociais e aos termos de parceria firmados com organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP).
- b) Denomina-se termo de fomento o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias propostas pela administração pública que envolvam a transferência de recursos financeiros.
- c) O acordo de cooperação é o instrumento utilizado para formalizar parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil que não envolvam a transferência de recursos financeiros.
- d) Caracteriza-se como atividade o conjunto de operações limitadas no tempo das quais resulta um produto destinado à satisfação de interesses compartilhados.
- e) As empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos submetem-se à Lei nº 13.019/2014 independentemente do recebimento de recursos do ente instituidor para custeio ou despesas de pessoal.

DIREITO FINANCEIRO*Gabriela Zavadinack*

53. Acerca dos princípios orçamentários e das normas legais que regem o orçamento público, assinale a alternativa correta.

- a) O princípio da universalidade determina que cada ente da Federação elabore um único documento orçamentário, vedada a coexistência de orçamentos distintos para o mesmo exercício.
- b) Nos termos da Lei nº 4.320/1964, o exercício financeiro poderá ter período distinto do ano civil, mediante autorização expressa na lei de diretrizes orçamentárias.
- c) Pelo princípio do orçamento bruto, as receitas e as despesas devem constar da lei orçamentária pelos seus valores brutos, ressalvadas as deduções de transferências constitucionais obrigatórias.
- d) O princípio da não afetação da receita veda, sem qualquer exceção, a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa.
- e) O princípio da exclusividade admite como exceção a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita.

54. A respeito do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), à luz da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública para as despesas de custeio de duração continuada.
- b) A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento, bem como orientará a elaboração da lei orçamentária anual.
- c) A lei orçamentária anual compreenderá apenas o orçamento fiscal e o orçamento da seguridade

social, visto que o orçamento de investimentos está atrelado ao plano plurianual.

- d) A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei do plano plurianual.
- e) A iniciativa dos projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual é concorrente entre os Poderes Executivo e Legislativo.

55. Com relação à receita pública, suas categorias econômicas, seus estágios e à dívida ativa, nos termos da Lei nº 4.320/1964, assinale a alternativa correta.

- a) Classificam-se como receitas correntes as provenientes de operações de crédito, de alienação de bens e da amortização de empréstimos concedidos.
- b) O recolhimento é o estágio que antecede a arrecadação e consiste na entrega dos recursos, pelos contribuintes, aos agentes arrecadadores.
- c) A dívida ativa não tributária abrange créditos da Fazenda Pública, tais como os provenientes de empréstimos compulsórios, contribuições estabelecidas em lei, foros, laudêmios, aluguéis, custas processuais, indenizações, reposições e restituições.
- d) A inscrição do crédito em dívida ativa corresponde ao estágio da arrecadação e gera, no momento da inscrição, receita orçamentária efetiva para o ente.
- e) O lançamento é ato privativo do contribuinte, que declara a ocorrência do fato gerador e apura o montante devido, cabendo à repartição competente apenas homologá-lo.

56. Acerca da despesa pública, de suas categorias econômicas e de seus estágios, conforme a Lei nº 4.320/1964, assinale a alternativa correta.

- a) É permitida a realização de despesa sem prévio empenho, desde que haja posterior ratificação da autoridade competente e disponibilidade de dotação.
- b) O pagamento da despesa poderá ser efetuado antes da regular liquidação, desde que a despesa esteja previamente empenhada.
- c) Classificam-se como despesas de capital as despesas com pessoal e encargos sociais e com juros da dívida pública.
- d) A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- e) O empenho por estimativa é aquele utilizado para despesas contratuais e outras sujeitas a parcelamento, cujo montante exato é previamente conhecido.

57. A respeito dos créditos adicionais, à luz da Constituição Federal e da Lei nº 4.320/1964, assinale a alternativa correta.

- a) Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.
- b) Os créditos suplementares destinam-se a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica na lei orçamentária anual.
- c) A abertura de crédito extraordinário depende de prévia autorização legislativa específica e da indicação dos recursos correspondentes.
- d) Os créditos especiais são abertos por decreto do Poder Executivo, independentemente de autorização legislativa.

- e) Constitui recurso disponível para a abertura de créditos suplementares e especiais unicamente o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

TRANSPARÊNCIA E PROTEÇÃO DE DADOS

Antônio Daud

58. Com base na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), assinale a alternativa correta.

- a) A observância do sigilo como preceito geral e da publicidade como exceção constitui diretriz expressa da lei.
- b) A divulgação de informações de interesse coletivo pelos órgãos públicos depende, em regra, de requerimento formulado pelo interessado.
- c) É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação, em local de fácil acesso, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.
- d) O acesso à informação pública é restrito às pessoas que demonstrem interesse no conteúdo requerido.
- e) A gestão transparente da informação é dispensada quanto às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos

59. Determinado cidadão apresentou, a órgão da administração distrital, pedido de acesso a informações públicas. Não sendo possível conceder o acesso imediato, o órgão, nos termos da Lei nº 12.527/2011, deverá responder ao pedido em prazo não superior a:

- a) 10 dias, prorrogável por mais 10, mediante justificativa expressa.
- b) 15 dias, prorrogável por mais 15, independentemente de justificativa.
- c) 20 dias, prorrogável por mais 10, mediante justificativa expressa, da qual será cientificado o requerente.
- d) 30 dias, prorrogável por mais 30, mediante justificativa expressa.
- e) 20 dias, vedada qualquer prorrogação

60. Determinada secretaria do Governo do Distrito Federal (GDF) pretende tratar dados pessoais de beneficiários para a execução de política pública de assistência social prevista em lei, sem obter o consentimento expresso dos titulares. Com base na Lei nº 13.709/2018 (LGPD), assinale a alternativa correta acerca dessa situação.

- a) O tratamento pretendido é lícito, pois a LGPD dispensa o consentimento quando o tratamento for necessário à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos.
 - b) O tratamento é inviável, pois a LGPD não se aplica às pessoas jurídicas de direito público, que se sujeitam exclusivamente à Lei de Acesso à Informação.
 - c) O tratamento somente será lícito se previamente autorizado pela autoridade judicial competente.
 - d) Por se tratar de política pública, a secretaria está dispensada de observar os princípios da finalidade e da necessidade.
 - e) O tratamento exigirá o consentimento individual e expresso de cada beneficiário, sob pena de nulidade
-

Discursiva

Em 10 de março de 2025, Cláudia Aragão Vidal protocolou, no Serviço de Informações ao Cidadão da secretaria de assistência social do Distrito Federal, pedido de acesso à relação completa dos contemplados pelo Programa Amparo Familiar, política distrital de transferência de renda instituída por lei e regulamentada por decreto. O requerimento abrangia os 2.874 contemplados de Planaltina e pedia nome, número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas, endereço residencial e valor mensal recebido, além dos campos do formulário de cadastramento relativos a condição de saúde, deficiência e registro de situação de violência doméstica. A requerente não indicou os motivos do pedido.

O gestor Ricardo Nunes de Sá verificou que o sítio da pasta já publicava o número de contemplados, os valores globais repassados e os indicadores de execução por região administrativa, mas nunca divulgara a relação nominal. Em 26 de março de 2025, ao preparar a resposta, a unidade recebeu ainda requerimento de Sandra Alves Portela, contemplada pelo programa, que pedia a correção do registro de sua renda familiar e a exclusão de anotação sobre atendimento de saúde lançada no cadastro.

Com base na situação hipotética, redija uma questão discursiva que responda ao(s) seguinte(s) tópico(s):

- a) Examine a natureza das informações produzidas na execução do Programa Amparo Familiar e a extensão em que o pedido formulado por Cláudia Aragão Vidal deve ser atendido
- b) Analise a licitude do tratamento dos dados colhidos no cadastramento e os deveres que daí decorrem para a pasta
- c) Aprecie o regime dos registros de condição de saúde, de deficiência e de violência doméstica e a resposta devida ao requerimento de Sandra Alves Portela

Resposta em até 30 linhas

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>